



O Itamaraty, o corpo diplomático e a ONU no início da Guerra Fria: a atuação brasileira entre 1947 a 1956

ADNA GOMES OLIVEIRA*

Neste artigo¹ pretende-se dar o enfoque à análise da posição representativa diplomática brasileira nas Nações Unidas no período, especialmente entre 1947 a 1950, das instruções do Itamaraty às ações dos diplomatas dentro do centro de debates, quando o Brasil busca um lugar de destaque internacional através da política multilateral. Desde a instauração das Nações Unidas em 1945, o país buscou dentro desse organismo se destacar através das estratégias diplomáticas com finalidades de obter, fundamentalmente, ganhos internos e que fosse a curto prazo, o que no desdobramento da missão, isso não ocorreu.

Em 1947 na Segunda Sessão da Assembleia, Raul Fernandes, o então chanceler,² tomava por análise a agenda de pautas para aquela Assembleia e rever pontos, que foram temas da Primeira Sessão em 1946, a serem discutidos novamente. O chanceler estabelecia a orientação para seguir o voto norte-americanos em todos os assuntos, embora tentasse obter espaços mais autônomos na questão do Espanha³ e na questão da Palestina⁴. Ambas questões são distintas completamente, a primeira se refere ao governo de Francisco Franco na Espanha, o outro a um território no Oriente Médio sob mandato da Grã-Bretanha, cujo abria mão do mesmo e de onde resolvera tirar suas tropas.

De acordo com HILTON (1994, p. 438), a questão da Palestina colocaria o diplomata brasileiro, Oswaldo Aranha⁵ no centro das atenções internacionais, de fato, por sua “imparcialidade”⁶, e modo como conduziu o assunto, com objetividade, o que levou a receber elogios de sua atuação por muitos representantes das outras delegações. Cogitar-se-ia até, após a votação da partilha da Palestina, um prêmio Nobel da paz à Oswaldo Aranha, pelo seu

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ O artigo é parte integrante da dissertação de mestrado, ainda em andamento, o qual confere a um tópico do terceiro capítulo.

² Raul Fernandes assumiu a pasta do Ministério das Relações Exteriores em dezembro de 1946, antes participou como delegado na Conferência de paz em Paris. Verbetes biográfico – Cpdoc – FGV.

³ A questão espanhola ficou conhecida pela acusação feita pela Polônia ao regime de Francisco Franco, de que ele estava abrigando nazifascistas em território espanhol, fazendo criar entre os membros da ONU divisão de opiniões a respeito se Franco representava ameaça à paz mundial. O que levou a muitos debates e ocupou espaços de muitas correspondências diplomáticas brasileiras no decorrer da consolidação da ONU.

⁴ A questão da Palestina foi uma das que tiveram mais desencontro de pareceres, Oswaldo Aranha presidiu a Assembleia concernente a ela.

⁵ Oswaldo Aranha presidiu os trabalhos do Conselho de Segurança durante o mês de março de 1947 e foi presidente da Sessão especial do caso palestino e a Segunda Sessão da Assembleia Geral entre setembro a novembro de 1947.

⁶ Hilton (1994) menciona que Oswaldo Aranha em relatório oficial declara sua imparcialidade e frieza no que lhe cabia a função na condução do problema da Palestina.

desempenho e do poder de conciliação junto aos debates entre as perspectivas diversas, dos árabes e dos judeus (HILTON, 1994).

Quanto a instrução do chanceler Fernandes, ele deixava claro que as decisões ficassem a critério do presidente da Assembleia Geral para “encontrar uma solução de compromisso entre as partes litigantes e evitando favorecer abertamente uma ou outra decisão concreta da Assembleia sobre o assunto, o voto dos Estados Unidos da América” (apud HILTON, 1994, p. 455).

Ainda antes da votação, na comissão de investigação do caso palestino, Fernandes avisava do pedido de apoio junto à causa israelita pelos representantes de partidos da câmara. Ao mesmo tempo que também fazia lembrar também da relação de amizade do Brasil com o povo do Oriente Médio. Concomitantemente em carta particular ao presidente da Sessão especial orientava para se abster na votação, como a melhor atitude, visto que,

Pensamos que na questão da Palestina, a melhor atitude é a abstenção dada, a oposição dos árabes e a existência no Brasil de uma grande colônia Syrio-libanesa. Todavia se esse voto nulo impedir os dois terços necessário para a aprovação de resolução de Partilha, deveremos votar de acordo com as grandes potências. Quais incumbirá a responsabilidade de pô-la em prática. Vossa excelência, em todo caso, procederá de acordo com seu próprio ponto de vista se for diverso do que deixamos indicado, dado que seus elementos de informação são mais completos (AHI–carta- teleg. exp. - 20/11/1947- Carta particular a Oswaldo Aranha, remetida por Raul Fernandes).

A instrução elaborada junto a ONU desde 1945 era para “acompanhar o voto norte americano em todas as questões de importância capital para a sua política” (AHI – ONU – carta-teleg. Exp. 1945-46), além de orientar, em outros momentos, a “agir de acordo com as oportunidades e circunstâncias no Comitê Executivo”. Entretanto, cabe aqui notar os desencontros de palavras nos textos de orientação, o que permite o questionamento da versão do “alinhamento automático”, como usualmente mencionado na historiografia da diplomacia brasileira em sua atuação na ONU. Ao pensar no termo “automático”, caberia outra interpretação – pois existiram circunstâncias, como aquelas aqui apresentadas, como, a exemplo, a da questão dos povos árabes e como o Itamaraty, na figura de Fernandes, pondera para que o presidente proceda de acordo com seu próprio ponto de vista.

É oportuno ressaltar os fatos mencionados, relativos à concordância entre as instruções dadas em 1945-46, mediante os temas, e cotejar os temas de 1947, onde as circunstâncias, não merecem a mesma posição da delegação, cabendo antes a análise. Pode-se refletir no seguinte ponto: não estava previsto em 1945 que a Inglaterra iria entregar o mandato do território

palestino, em 1947, à responsabilidade da ONU. Assim como, também não estava previsto em 1945, que Oswaldo Aranha iria presidir a sessão especial deste caso, não se tinha essa expectativa, e que o colocaria como aquele que buscaria uma proposta conciliadora para o problema da Palestina.

As instruções para os temas que ficaram a cargo das circunstâncias, nas sessões de 1947, foram chanceladas pelo ministro, que deu “plenos poderes” (AHI – carta-teleg. in. Exp. ONU-1947 – 48) à delegação, como o exemplo da condução do problema supracitado. Da mesma forma, ocorreu com a questão do auxílio a Grécia. A proposta do presidente norte-americano Harry Truman, de auxílio à Grécia, recebera pleno apoio de Oswaldo Aranha, pois que contemplava o projeto da Doutrina Truman (AHI - carta-teleg. rec. – Washington – Embaixada – 1947) ⁷ e era condizente com a diretriz de atuação do Itamaraty – apoiar as iniciativas e regimes anticomunistas e antissoviéticos (MOURA, 1990, p. 26).

Carlos Martins, o então embaixador brasileiro em Washington, informava por carta-telegrama, a aprovação no congresso norte-americano, de concessão de créditos para a implementação do programa de auxílio a países estrangeiros. O programa contemplaria o auxílio militar e econômico aos países da Europa e do Extremo Oriente, que estavam resistindo contra o comunismo. Já para a Grécia e a Turquia o auxílio tinha a intenção de “combater a ameaça comunista” visto a vulnerabilidade da situação grega, que favorecia a cooptação soviética. Martins envia a informação, como um tranquilizador ao Itamaraty, enquanto, na ONU, haveria a contestação da União Soviética, junto ao Conselho de Segurança, ao plano do Estados Unidos alegando arbitrariedade no artigo 102 (CERVO, 1994, p. 67). Nesse sentido, Aranha “defendeu os Estados Unidos no direito de solicitação e recebimento de auxílio financeiro e técnico independente de autorização da ONU” (CERVO, 1994)), demonstrando, assim, seu apoio. Acompanhando as correspondências diplomáticas, junto às temáticas da ONU desse período, pode se constatar que há muito a ser pesquisado, dado o jogo de palavras que se cruzam nas linhas das correspondências, que, também, permitem novas interpretações além do comumente referido pelos estudiosos.⁸

De modo geral as instruções do Itamaraty ao corpo diplomático junto as Nações Unidas priorizou de maneira fixa o voto, quando da adesão do país a Organização. O fato de estabelecer o alinhamento com os norte-americanos na votação, não descarta as manobras da diplomacia

⁷ A implementação de auxílio econômico e militar pelos norte-americanos, proposta do presidente Truman, nos países da Europa e oriente médio que sofriam as consequências da guerra, denominou-se Doutrina Truman.

⁸ Alguns textos e historiográficos afirmam que a atuação brasileira na ONU no período de sua formação e consolidação a um alinhamento automático aos EUA.

em tentar defender suas próprias perspectivas, principalmente no que se refere a política bilateral. Alguns aspectos nas instruções do Itamaraty nos chamam atenção, um refere-se o eixo das instruções, no segundo percebe-se que havia uma dependência nos relatórios dos trabalhos que iam sendo realizados nas comissões, para, depois, elaborar estratégias de instruções. No terceiro aspecto verifica-se que não houve uma organização como nas instruções de São Francisco, redigidas por Hildebrando Accioly, em 1945. O diplomata e jurista Embaixador Hildebrando Accioly, quem redigiu as instruções para a delegação brasileira levar à São Francisco em 1945, entretanto teria sido um texto coletivo em que teve a colaboração de assessores e colegas e aprovado pelas chefes, de governo e do Itamaraty, Getúlio Vargas e Pedro Leão Velloso respectivamente (UZIEL, 2015, p.16).

As instruções sob as circunstâncias em determinados assuntos, não se faziam necessárias quando o delegado, representante da delegação, estava em consonância com a diretriz da atuação e a tendência a ser seguida. É razoável pressupor assertivamente que as instruções foram conduzidas sempre prevendo a garantia da permanência do Brasil nas Nações Unidas, pelo que se esperava da Organização, que adviessem ganhos materiais ou que se abrissem oportunidades, de modo que a condução dos desafios da América Latina fosse contemplada paralelamente às necessidades do conjunto das potências, como forma de resolver os problemas dos países subdesenvolvidos⁹.

O texto de Accioly carregava para São Francisco as diretrizes acordadas em Chapultepec, como elemento norteador da atuação diplomática na Conferência.¹⁰ A Ata de Chapultepec foi o resultado da Conferência do México onde realizaram um acordo de solidariedade frente a ataque de agressão a qualquer que fosse a um dos Estados. Essa Ata de Chapultepec se configurou como um elemento importante, assim como as demais resoluções para a delegação brasileira, por dois motivos principais: primeiro pela possibilidade de coordenação junto aos países latino-americanos, que visavam aumentar a capacidade de promover seus próprios interesses. O segundo, com relação aos EUA, interessava ao Brasil, também, coordenar com sua atuação, haja vista a preeminência internacional daquele país e o símbolo que representava de democracia. De modo geral a instrução de Accioly serviu para sugerir atuações específicas (UZIEL, 2015).

⁹ Os países da América Latina denominavam subdesenvolvidos por se tratar de países agroexportador, dando ênfase a exportação de matéria prima.

¹⁰ O documento diplomático o qual se refere as instruções do Itamaraty à delegação brasileira junto a Conferência de São Francisco está anexado ao texto de Eduardo Uziel (2015), será utilizado como fonte primária neste trabalho.

As instruções à Conferência de São Francisco servem de base para análise de toda atuação da delegação brasileira, no percurso da formação e consolidação das ONU, pois revelam certos aspectos que não se modificaram. É por meio do confronto das análises de Uziel (2015, p.25) junto a documentação - instrução em anexo no seu texto – juntamente com a documentação diplomática dos sucessivos eventos da ONU, que buscou-se estabelecer pressupostos de uma continuidade nas instruções e atuações, tendo como base a Ata de Chapultepec.

É oportuno destacar na análise do autor, referente a sua afirmação, de que “as instruções de São Francisco deixavam margem para que os delegados pudessem negociar, transigir, e se necessário, ceder, sem que pudesse ser prejudicado o interesse maior, que era o de contribuir com a nova Organização, ainda que, nem todas as suas preferências tenham sido contempladas”. Essa é uma característica presente na documentação do Comitê Preparatório e da Primeira Sessão da Assembleia Geral e das outras sessões subsequentes, pois todas abriam ressalvas para os delegados atuarem de acordo com as circunstâncias, ainda que o Itamaraty estabelecesse critérios fixos de atuação frente aos temas em debates.

A instrução redigida para a Conferência do México, já elencava os itens que incluíam as perspectivas do que se esperava da ONU pela América Latina. Segundo o que se lê no documento de instrução à Assembleia de São Francisco, os pontos de vista que o Brasil deveria sustentar se achavam indicados “nas ideias que defendeu na Conferência do México”.

E as instruções dialogavam com o documento apresentado na Conferência, sob o título “observações do Brasil sobre o plano de Dumbarton Oaks” (UZIEL, 2015, p. 26).

Da resolução da Conferência do México saíam pontos que o Brasil acreditava que fossem fundamentais para a estrutura da ONU, tais como:

1. Aspiração à universalidade, como ideal que deveria tender a Organização Mundial,
2. Um parecer à função da Assembleia Geral no campo da ação como órgão representativo da comunidade internacional,
3. Um item relativo à jurisdição e competência da Corte de Justiça Internacional,
4. Criação de um órgão incumbido especialmente de promover a cooperação intelectual e moral entre os povos
5. A questão de resolução das controvérsias e questões de caráter interamericano, de preferência segundo os métodos e sistemas interamericanos, embora em harmonia com os da Organização mundial,
6. Conveniência de se dar representação adequada a América Latina no Conselho de Segurança (UZIEL, 2015).

Para a Comissão Preparatória realizada em Londres, as instruções seguiram conforme as solicitações dos representantes, junto à delegação, sendo condizentes com as circunstâncias

em que surgiam os problemas. Cyro de Freitas-Vale, o chefe da delegação, solicitava instruções (ONU - Relatório da Comissão Preparatória - 1945), sempre que necessário, e reclamava da demora nas respostas as suas indagações de procedimento, porque, segundo sua concepção, as instruções deveriam antecipar os temas da agenda, evitando improvisações ao que estava submetido (CERVO, 1994, p. 63).

Para as Sessões subsequentes da ONU e suas comissões, não foram redigidas instruções da forma como foi à Conferência de São Francisco. No período de 1945, da Comissão Preparatória até 1950, a delegação brasileira recebeu as instruções, como orientação conforme as circunstâncias, e não de forma pré-fixada. Contudo, eram acertadas as premissas almejadas pelo governo brasileiro, tais como um lugar no Conselho de Segurança e a aglutinação dos países da América Latina nos diversos organismos da ONU (AHI – ONU – carta-teleg. exp. 1945-1946).¹¹

Ao passo que iam surgindo as temáticas como respostas em relatórios, o Itamaraty, na figura do chanceler, conduzia a atuação, mas fazendo ressalvas de que se agisse “conforme as circunstâncias”. Cumpre destacar que, ao mesmo tempo que o chanceler orientava, também dava plenos poderes aos delegados representantes.

Na gestão do então ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, o Itamaraty esteve obstinado em seguir efetivamente os critérios básicos de atuação na Organização das Nações Unidas. Desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra em, 1944, o Itamaraty buscou direcionar sua base de atuação seguindo os passos norte-americanos, entretanto, nesse período, o Brasil estava sob o comando do governo Getúlio Vargas, o qual pautou as relações externas do país no alinhamento com os EUA, para fins estratégicos, como meio de “troca” visando o desenvolvimento econômico e o fortalecimento militar do país (MOURA, 1991, p.36).¹²

Já na gestão do governo Gaspar Dutra e Raul Fernandes, em 1947, o ministro Fernandes buscou a continuidade dessa estratégia, estabelecendo um alinhamento sem recompensa, o alinhamento total aos norte-americanos.¹³ Neste eixo de critérios estava incluído o item fazer oposição ao comunismo – ao soviétismo, em âmbito das Nações Unidas, o que se tornou uma oposição cerrada, haja vista a postura, em 1947, do rompimento das relações com a URSS,

¹¹AHI – ONU – carta-teleg. exp. 1945-1946 – em vários telegramas desse arquivo é mencionado os diálogos e solicitações de apoio a candidaturas e pedido de votos para representantes de países como México para o Conselho de Segurança e Peru para o Conselho Econômico e Social.

¹² O autor utiliza o termo “barganha” para se referir à política de Vargas com os norte-americanos na negociação da participação na Segunda Guerra Mundial. Vargas a partir de 1939 em meio as negociações com os EUA com dificuldades de resposta, por outro lado mantinha contatos discretos com a Alemanha. O que ficou conhecido como jogo duplo de sua tática de estratégia.

¹³ Idem. Alinhamento sem recompensa. A política externa do governo Dutra.

apoiando, ainda, por outro lado, àqueles que o fizessem. Foi nesse critério que Raul Fernandes buscou orientar a delegação, em relação ao caso espanhol, sob o argumento da desvantagem da resolução de 1946 (OAcP 47.08.01- carta de Raul Fernandes a Oswaldo Aranha - folha 2).

Dutra e Fernandes tinham em comum com o General Francisco Franco a identidade ideológica, relativa ao anticomunismo, eram defensores da ordem e não sentiam apreço algum pelos movimentos dos operários. Quando na ocorrência de qualquer movimento social no Brasil, o associavam à influência bolchevique (MOURA, 2012). Viam em Franco a representação do governo estável, forte, centralizado e o único, naquele contexto, capaz de evitar a expansão comunista no Ocidente e evitar a terceira guerra cabendo-lhe o apoio e oposição a qualquer sanção contra a Espanha (ibidem, OAcP. 47.08.01).

A questão foi alvo de criação de diversos comitês de resolução. A partir dela foram deliberadas duas posições mais adequadas a serem consideradas: se Franco representava ameaça à segurança mundial, e o não cumprimento jurídico estabelecido na Carta das Nações Unidas, parágrafo 7 do art. 2 – a não intervenção nos assuntos internos dos estados (Carta das Nações Unidas - 1945). A maior parte dos membros da Organização tomaram a posição de ataque a Franco, poucos foram os que o defenderam, e esses, resguardando-se no mencionado artigo da Carta.

Com efeito, no 1º Comitê da Assembleia Geral (ONU –1947- ofícios – relatório da 2ª parte da primeira sessão em 1946), o representante brasileiro, durante os trabalhos em percurso, registrou em seu relatório os pontos de vistas e as propostas sugeridas pelas outras delegações. Vale destacar o desdobramento, naquele foro, referente àquela questão: as muitas discussões tiveram como resultado diversas propostas, e, entre uma e outra, o nosso representante, Cyro de Freitas, buscava adequar o seu ponto de vista, e que se fizesse necessário coincidir com as duas potências, conforme a instrução do Itamaraty. Contudo, o delegado norte-americano estava disposto a condenar Franco a não ser aceito na ONU.¹⁴

Na Primeira Sessão da Assembleia Geral ficaria decidida a situação da Espanha na Organização, a qual no final dos debates, o representante brasileiro votaria pela proposta belga, não aceitação da Espanha na ONU e retirada dos embaixadores de Madri, mas antes da decisão corriam duas propostas¹⁵: o rompimento das relações membros da ONU com o governo de

¹⁴ A proposta norte-americana: não admissão da Espanha na ONU como membro nem nas agências especializadas, solicitar Franco que entregasse o poder a um governo provisório até que um governo democrático pudesse ser livremente eleito. A proposta belga: não admissão da Espanha como membro da ONU nem de suas agências especializadas e a retirada dos embaixadores e ministros plenipotenciários, enquanto não se estabelecesse um regime democrático.

¹⁵ Rompimento nas relações diplomáticas dos países membros da ONU e sanções econômicas partiam da Polônia com apoio dos russos, dos franceses e alguns países da América Latina.

Franco e sanções econômicas. Algumas delegações defendiam o ponto de vista de que essas propostas eram “fortes demais” (ibidem, relatório do 1º comitê da primeira Assembleia Geral), outras delegações tinham posições diferenciadas, como a da Índia, que “declarava que era contra o rompimento, por ver nessa decisão a forma de eliminar as fontes de informação sobre os acontecimentos em território espanhol”, sugerindo, então, através de sua delegada, uma punição com medidas mais enérgicas, como, por exemplo, uma imposição de sanções econômicas. Essa sugestão teve mais plausibilidade para o representante brasileiro (ibidem, relatório).

É oportuno mencionar que a documentação relativa às correspondências, do período entre 1946 e 1950, relativo ao caso espanhol na ONU, encontra-se sob o enunciado de secreto e confidencial e somente a menção da documentação, e não, de fato, as correspondências. Estas deveriam estar no arquivo da cidade do Rio de Janeiro, mas encontram-se na verdade em Brasília, sob a signa de secreto.

Em 1946, a conjuntura política do Brasil caminhava para um novo horizonte, depois de um longo período da ditadura de Vargas, era o momento das aspirações democráticas. Entretanto, o espectro político continuou instável e paradoxal. Já em 1947 eclodiu efetivamente a divisão do mundo aportado pela Guerra Fria, traria ao panorama do Brasil a certeza de que teria que combater o perigo comunista que rondava com o movimento operário, interpretado pelo chefe do governo com sendo influenciado pelos soviéticos.

No plano externo, o Brasil partiu para a conquista da ONU e a sua participação ativa nas várias instâncias da Organização, projetava sua atuação para um destaque internacional e provar que era um país comprometido com as demandas democráticas, embora fosse tanto quanto ufanista, como demonstram as medidas de Dutra.¹⁶, as circunstâncias são outras, a iminência da Guerra Fria, fazia o governo brasileiro querer mostrar que estava engajado na luta contra a expansão comunista, significando apoiar as iniciativas contra os inimigos comunistas. Para o chefe do Itamaraty, Franco poderia representar o equilíbrio entre o Capitalismo e o Comunismo, contra a União Soviética, e o Brasil não podia fazer muita coisa, pois o desafio político era um dos membros permanentes na ONU.

Uma análise dos padrões estabelecidos pela política externa do Brasil, nesse período, mostra que, o país manteve as perspectivas de que a multilateralidade da ONU e seus órgãos principais, juntamente com as instituições (agências) especializadas, eram o meio de conquistas materiais, nos quais buscava operar de forma efetiva, no interior dos organismos instituídos

¹⁶ Em 1947 repressão aos movimentos sociais, fechamento e cassação do Partido Comunista Brasileiro

pela ONU, na esperança de reverter sua participação em ganhos nacionais. Cervo & Clodoaldo (1994, p.67-68) também observaram esse aspecto, ao abordarem o episódio da substituição da UNRRA - Administração das Nações Unidas para Assistência e Reabilitação - pela OIR - Organização Internacional dos Refugiados, em que a questão dos refugiados foi tema para debates e resoluções nas Nações Unidas. Ocorre que, de acordo com a observação feita no relatório da delegação brasileira, a OIR seria a ‘oportunidade de associar interesse econômico à obra humanitária’, e à ideia dos delegados de que a OIR fosse um instrumento estratégico de ganhos para o Brasil, de duas formas; ‘fazendo operações de colonização, recebendo preparo técnico e, ainda, com apoio econômico’, este seria o maior benefício que se poderia ter disponível, no caso de uma ação isolada (apud Cervo; Clodoaldo; 1994). Essa oportunidade era vista com dois ângulos, primeiro do ponto de vista do retorno a longo prazo, e, o outro, de poder “promover a expansão demográfica do país com menos gastos”, (CERVO, 1994). “Através da OIR o Brasil acolheu 28.000 imigrantes” (ibidem).

Também houve momentos de conflitos, com relação às expectativas do Brasil nas várias elaborações quanto a novas regras e deliberações da cooperação internacional. Desta vez, já comprometido com a nova OIR, a correspondência diplomática menciona uma proposta de nova cobrança de encargos, aos membros da Organização, e estes passariam ao âmbito da deliberação da Assembleia Geral e de outros órgãos sem o consentimento dos membros da ONU. A Secretaria de Estado do MRE contestou essa regra, principalmente porque ao aderir o compromisso com a OIR, era outra expectativa que se configurava, como simples cobrança. Assim, com palavras de protestos a Secretaria do MRE afirmou à delegação que “nenhuma deliberação infringente dessa regra poderá ser obrigatória seja qual for a maioria que a adote” (AHI – ONU – Carta-teleg. Minutas. Exp. 1949-50). Essa nova regra de cobrança não foi muito bem aceita pelo Brasil, que guardava outra perspectiva e já gastara muito desde sua adesão a Nações Unidas. A OIR teria se constituído em agência especializada. Por esse motivo, o representante brasileiro manifestou que era inadmissível que ela não tivesse conseguido reunir adesões suficientes, para poder operar sem ônus muito dispendiosos para os aderentes, pedindo que fosse transferido, o ônus, para o conjunto das Nações Unidas (AHI – ONU – Carta-teleg. Minutas. Exp. 1949-50).

Diante da documentação diplomática analisada, percebe-se que a diplomacia brasileira se desdobrou para instrumentalizar bem as questões da política multilateral, dentro da nova ordem mundial. A estratégia se fixara na ideia de que a atuação deveria ser um instrumento de conquista e manutenção dentro das Nações Unidas, com finalidade de recompensa, sendo que esta parecia vir a longo prazo. No que se pode observar, de resto, o Brasil, nesse contexto, se

destacou junto a sua diplomacia na articulação diplomática no sentido do seu conceito e da função, que era operar em favor da paz, sobretudo no que refere a ampliação na defesa do direito internacional e a soberania das nações (Instrução para Conferencia de São Francisco, cf, Uziel, 2015).

Referência bibliográfica

CERVO, Luiz Amado. O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. (Org.) – Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, V. 46 n.2, jul. /dez.2003.

_____. BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. ESCOREL MORAES, Maria Luísa de, UZIEL, Eduardo (organizadores). O Brasil e as Nações Unidas 70 anos. Brasília: FUNAG, 2015.

HILTON, Stanley. Oswaldo Aranha: uma biografia. Rio de Janeiro. Objetiva, 1994.

MOURA, Gerson. Sucessos e ilusões. Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

_____. O alinhamento sem recompensa: A política externa do governo Dutra. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

_____. Relações Exteriores do Brasil – 1939-1950: mudança na natureza das relações Brasil- Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra. Brasília: FUNAG, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais. São Paulo: Manolo, 2004.

_____. Manual das Organizações Internacionais. 5.ed. rev., atual e amp. 2.Tir. Porto Alegre. Livraria do advogado editora, 2012.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011). Brasília: FUNAG, 2016.

Fontes:

1. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro:

1 Correspondências:

1. Cartas Oficiais Expedidas e Recebidas de 1945 – 1950
2. Cartas Pessoais de 1945 – 1950
3. Instruções Expedidas de 1945 – 1950
4. Notas Expedidas de 1945 – 1950
5. Ofícios Expedidos de 1945 – 1950

1.2 Relatórios:

1. Recebido da Delegação junto a ONU de 1945 – 1950

2. Arquivo CPDOC FGV: Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas:

1.Arquivo Oswaldo Aranha

1.1 Correspondências - Cartas de 1946 -1956

2. Arquivo Getúlio Vargas

1. 2 Correspondências - Cartas de 1945 - 1956

Sites consultados:

1. Ata de Chapultepec. Disponível em <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2009/11/acta-de-chapultepec-firmada-por.html>>. Acessado em: 18 nov. 2016

2. Carta da Nações Unidas (São Francisco). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acessado em 15 abril de 2017.